

Mandic S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Mandic S.A.**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mandic S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Mandic S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ágio e outros intangíveis com vida útil indefinida da aquisição da Rivendel Tecnologia Ltda – ME, Rivendel Sistemas TI Ltda e Axil Cloud Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.

Veja a nota 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Em maio de 2017 a Companhia adquiriu o controle da Axil Cloud Serviços de Tecnologia da Informação Ltda e, em janeiro de 2018, o controle das Rivendel Tecnologia Ltda - ME e da Rivendel Sistemas TI Ltda., que tem como atividade o mercado de prestação de serviços e consultoria, desenvolvimento de softwares e computação em nuvem. A Companhia mantém em seu balanço patrimonial valores relevantes referentes a aquisição da Axil e Rivendel cuja incertezas relacionadas as principais premissas e estimativas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a determinação das taxas de crescimento de receitas, de desconto utilizados na determinação de fluxos de caixas futuros, possuem um risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas na preparação das projeções de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável, tais como, taxas de crescimento de receitas e desconto, bem como comparamos essas premissas com informações do mercado levando em consideração nosso conhecimento sobre a Companhia e a indústria em que ela opera e efetuamos a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas no modelo adotado pela Companhia assim como análise da performance atual em comparação com o orçado no ano anterior. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida da aquisição de negócios acima mencionados, no tocante à sua recuperabilidade, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP-223212/O-2

Mandic S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Consolidado	Controladora	
	Nota	2018 (Reclassificado)	2019	2018 (Reclassificado)
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.863	1.154	6.555
Aplicações financeiras	6	1.596	425	1.596
Títulos e valores mobiliários	7	2.980	2.504	2.980
Contas a receber de clientes	8	15.247	14.839	12.885
Impostos a recuperar		503	850	248
Créditos diversos		466	980	426
Despesas antecipadas	9	552	856	545
Total do ativo circulante		28.207	21.608	25.235
Contas a receber de partes relacionadas		-	-	300
Aplicações financeiras	6	5.232	5.540	5.232
Imposto de renda e contribuição social diferido	20.b	5.777	5.612	5.777
Total do realizável a longo prazo		11.009	11.152	11.309
Investimentos	10.a	-	-	16.395
Imobilizado	11	15.470	17.072	15.192
Intangível	12	49.130	47.815	34.786
		64.600	64.887	66.373
Total do ativo não circulante		75.609	76.039	77.682
Total do ativo		103.816	97.647	102.917

Passivos

Empréstimos e financiamentos	13	1.222	6.080	1.222
Debêntures	14	12.402	12.384	12.402
Fornecedores	15	17.399	14.741	17.036
Obrigações trabalhistas	16	4.820	3.472	3.869
Obrigações tributárias		2.148	1.344	1.979
Imposto de renda e contribuição social		452	-	61
Parcelamento de impostos	17	50	50	50
Dividendos a pagar		-	1.322	-
Adiantamento de clientes		431	267	431
Contas a pagar por aquisição de negócio	18	-	10.090	-

Total do passivo circulante

Empréstimos e financiamentos	13	3.958	3.183	3.958
Debêntures	14	17.420	5.051	17.420
Imposto de renda e contribuição social diferido	20.b	1.392	2.791	1.392
Provisão para perda investimento	10.b	-	-	975
Parcelamento de impostos	17	58	8	58
Provisão para contingências	19	593	391	593
Contas a pagar por aquisição de negócio	18	11.524	2.121	11.524

Total do passivo não circulante

Patrimônio líquido

Capital social	21	61.573	14.226	61.573
Reserva de capital		15.731	20.126	15.731
Prejuízos acumulados		(47.357)	-	(47.357)

Total do patrimônio líquido

Total do passivo e patrimônio líquido

		Consolidado	Controladora	
	Nota	2018 (Reclassificado)	2019	2018 (Reclassificado)
Total do passivo e patrimônio líquido		103.816	97.647	102.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mandic S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	24	84.735	80.240	75.563	63.510
Custos dos serviços prestados	25	(46.981)	(40.077)	(40.116)	(27.922)
Lucro bruto		37.754	40.163	35.447	35.588
Despesas administrativas	26	(12.080)	(10.217)	(11.784)	(10.140)
Despesas de vendas	27	(11.351)	(12.639)	(11.315)	(12.086)
Perdas por redução ao valor recuperável	27	(6)	(255)	(6)	(237)
Despesa com remuneração de ações	22	(439)	(447)	(439)	(447)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	31	-	31
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		13.878	16.636	11.903	12.709
Receitas financeiras	28	1.463	836	1.437	794
Despesas financeiras	28	(7.660)	(9.210)	(7.514)	(9.000)
Despesas financeiras líquidas		(6.197)	(8.374)	(6.077)	(8.206)
Participação nos lucros da empresa investida por equivalência patrimonial, líquida de impostos		-	-	1.124	1.405
Participação nos lucros da empresa investida e incorporada por equivalência patrimonial, líquida de impostos		-	-	(94)	600
Resultado antes dos impostos		7.681	8.262	6.856	6.508
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20.a	(830)	(2.679)	(5)	(925)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.a	(1.563)	4.384	(1.563)	4.384
Lucro líquido do exercício		5.288	9.967	5.288	9.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mandic S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	5.288	9.967	5.288	9.967
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>5.288</u>	<u>9.967</u>	<u>5.288</u>	<u>9.967</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mandic S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de capital					Total
		Capital social	Ativos incorporados	Outorga de opções de ações	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2018		61.274	5.855	9.429	-	(57.324)	19.234
Resultados abrangentes do período							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.967	9.967
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	9.967	9.967
Transações com acionistas e distribuições das reservas							
Integralização de capital em 16 de janeiro de 2018	21	299	-	-	-	-	299
Plano de remuneração de ações		-	-	447	-	-	447
Total das transações com acionistas e distribuições das reservas		299	-	447	-	-	746
Saldo em 31 de dezembro de 2018		61.573	5.855	9.876	-	(47.357)	29.947
Resultados abrangentes do período							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.288	5.288
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	5.288	5.288
Transações com acionistas e distribuições das reservas							
Utilização para redução de capital		(47.347)	-	-	-	47.347	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	264	(264)	-
Retenção de lucros		-	-	-	3.692	(3.692)	-
Dividendos		-	-	-	-	(1.322)	(1.322)
Plano de remuneração de ações		-	-	439	-	-	439
Total das transações com acionistas e distribuições das reservas		(47.347)	-	439	3.956	42.069	(883)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		14.226	5.855	10.315	3.956	-	34.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mandic S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018 (Reclassificado)	2019	2018 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.681	8.262	6.856	6.508
Ajustes para:				
Depreciação	9.589	4.228	9.311	16.088
Amortização	3.966	3.049	7.047	2.363
Valor residual de ativo imobilizado e intangível baixado	1.093	296	1.093	102
Juros não realizados sobre empréstimos e financiamentos	2.391	4.277	2.391	4.277
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(6)	(255)	(6)	(270)
Provisão para contingências	(202)	68	(202)	68
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	-	-	(1.030)	(600)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.393)	1.705	(1.568)	3.459
Transações de pagamento baseado em ações, liquidável em ações	439	447	439	447
	22.558	22.077	24.331	32.442
Variações em:				
Contas a receber	414	(7.100)	(1.948)	(6.704)
Tributos a recuperar	(347)	(212)	(602)	(132)
Créditos diversos	(515)	(268)	(555)	(257)
Despesas antecipadas	(303)	4.364	(311)	2.958
Contas a receber de partes relacionadas	-	(114)	300	(114)
Fornecedores	(2.658)	8.841	(2.295)	10.777
Obrigações trabalhistas	(1.348)	1.212	(397)	673
Obrigações tributárias	260	1.068	(143)	632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.564	(313)	1.564	(2.067)
Provisão para perda em investimentos	-	-	(975)	975
Adiantamento de clientes	(164)	(66)	(164)	(66)
Impostos parcelados	(50)	(50)	(50)	(50)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	19.411	29.439	18.755	39.067
Juros pagos	(2.334)	(4.032)	(2.334)	(4.032)
Impostos pagos sobre o lucro	(1.516)	(2.750)	(552)	(1.274)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.561	22.657	15.869	33.761
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Contas a pagar por aquisição de negócios Mandic	109	110	109	110
Contas a pagar por aquisição de negócios Rivendel	578	9.530	578	9.530
Aplicações financeiras	863	1.818	863	1.818
Recursos provenientes dos títulos de valores mobiliários	476	5.067	476	5.067
Aquisição de imobilizado	(12.284)	(9.339)	(12.284)	(24.823)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	-	(12.891)	-	(8.120)
Aquisição de intangível	(2.651)	(4.279)	(2.651)	(2.593)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(12.909)	(9.984)	(12.909)	(19.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recursos provenientes de novos empréstimos	7.789	-	7.789	-
Incorporação saldo Axil	-	-	-	445
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(16.150)	(13.787)	(16.150)	(13.787)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	298	-	298
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(8.361)	(13.489)	(8.361)	(13.044)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(5.709)	(816)	(5.401)	1.706
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.863	7.679	6.555	4.849
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.154	6.863	1.154	6.555
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(5.709)	(816)	(5.401)	1.706
Divulgação adicional - Transações não-caixa				
Dividendos a pagar	1.322	-	1.322	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Mandic S.A. (“Companhia” ou “Mandic”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 302, Bela Vista, CEP 01310-000, e tem como atividades a serem fornecidas: realizar a prestação de serviços de Informática e consultoria em Tecnologia da Informação, em soluções de transformação digital em nuvem, permitindo oferecer soluções de alta qualidade por meio de consultoria, migração, implantação e sustentação. A Companhia também realiza licenciamento de software para uso de terceiros no segmento de soluções para médias e grandes empresas e corporações, “cloud computing” (computação em nuvem) nos modelos “Software as a Service - SaaS” (software como serviço), “Infrastructure as a Service - IaaS” (infraestrutura como serviço), e como provedora de soluções de e-mail, e-mail marketing, “backup”, registro e hospedagem de “sites” e outros licenciamentos.

A Companhia está envolvida primariamente no licenciamento de software, prestação de serviços de informática e consultoria em tecnologia da informação.

Em 31 de janeiro de 2018, a Mandic S.A. por meio de “Contrato de Compra e Venda de Quotas”, tornou-se titular de 100% das quotas do capital social da Rivendel Tecnologia Ltda - ME (“Rivendel Tecnologia”) e Rivendel Sistemas TI Ltda. (“Rivendel Sistemas”), ambas sociedades limitadas com sede na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Paulista, nº 1.776, 20º. Andar, conjunto A. A operação foi realizada por meio de recursos próprios.

Em 27 de junho de 2019, os acionistas da Companhia autorizaram a incorporação do acervo líquido das controladas Rivendel Tecnologia Ltda - ME (“Rivendel Tecnologia”) e Rivendel Sistemas TI Ltda. (“Rivendel Sistemas”), ambas sociedades limitadas com sede na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Paulista, nº 1.776, 20º. Andar, conjunto A. Para fins de incorporação, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, na data base de 14 de junho de 2019. O acervo líquido incorporado da Rivendel Tecnologia Ltda-ME (“Rivendel Tecnologia”) foi de R\$ 4.095, e da Rivendel Sistemas TI Ltda (“Rivendel Sistemas”) foi no valor negativo de R\$ 1.060.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Mandic em 18 de março de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 3.a.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Abaixo as notas explicativas resultantes de premissas e estimativas que são avaliados anualmente e sujeito a alterações de acordo com critérios contábeis adotados:

- **Nota explicativa 8** - Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros
- **Nota explicativa 11** - Vida útil do ativo imobilizado
- **Nota explicativa 12** – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis
- **Nota explicativa 19** - Provisão para contingências
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos
- **Nota explicativa 22** - Transações com pagamento baseado em ações

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06 (R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

Na transição para o CPC 06 (R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda imóveis com intuito de manter a operação. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1)

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

– Pelo seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou

– Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Em particular:

– não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;

– não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor;

– excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e

– utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1)

Não se espera qualquer impacto significativo para arrendamentos em que a Companhia é uma arrendadora.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

(i) Impacto na transição

Na transição para o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais, reconhecendo a diferença no saldo de abertura dos lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo.

Em milhares de Reais	1º de janeiro de 2019
Ativos de direito de uso - Ativo imobilizado	713
Passivos de arrendamento – Empréstimos e financiamentos	(713)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 7,54%.

d. Mudança de política contábil

Estão sendo apresentados os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados originalmente nas demonstrações financeiras daquele exercício, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, com a finalidade de mudança de política contábil em decorrência dos seguintes assuntos:

Durante o exercício de 2019 a Administração revisou sua política contábil de reconhecimento de ativos imobilizados, no qual identificou que as garantias (peças sobressalentes, peças de reposição e ferramentas) registradas na rubrica de despesas antecipadas, atendem aos critérios do CPC 27 para capitalização no ativo fixo.

A Companhia retificou os valores correspondentes de 01 de janeiro de 2018, para se adequar a mudança da nova política contábil, sendo que os gastos lançados anteriormente como despesas antecipadas (suporte técnico), atendem aos critérios de capitalização do ativo imobilizado (peças sobressalentes, peças de reposição e ferramentas) conforme CPC 27. Devido a esse entendimento, se faz necessário realizar a correção em 01 de janeiro de 2018, onde estava apresentado a maior no montante de R\$ 3.993 na rubrica de despesas antecipadas curto e longo prazos e a menor no montante de R\$ 3.993 na rubrica de imobilizado.

A tabela a seguir apresenta os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, controladora e consolidado:

Consolidado			
31 de dezembro de 2018			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado (Mudança de política contábil)
Balanço patrimonial			
Ativos			
Despesas antecipadas	2.783	(2.231)	552
Outros ativos circulantes	27.655	-	27.655
Total ativo circulante	30.438	(2.231)	28.207
Despesas antecipadas	1.762	(1.762)	-
Outros ativos não circulantes	11.009	-	11.009
Total do realizável a longo prazo	12.771	(1.762)	11.009
Imobilizado	11.477	3.993	15.470
Intangível	49.130	-	49.129
Total imobilizado e intangível	60.607	3.993	64.600
Total do ativo não circulante	73.378	2.231	75.609
Total do ativo	103.816	-	103.816

Controladora			
31 de dezembro de 2018			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado (Mudança de política contábil)
Balanço patrimonial			

Ativos

Despesas antecipadas curto prazo	2.776	(2.231)	545
Outros ativos circulantes	24.690		24.690
Total ativo circulante	27.466	(2.231)	25.235
Despesas antecipadas longo prazo	1.762	(1.762)	-
Outros ativos não circulantes	11.309	-	11.309
Total do realizável a longo prazo	13.071	(1.762)	11.309
Imobilizado	11.199	3.993	15.192
Investimentos e intangível	51.181	-	51.181
Total imobilizado, investimentos e intangível	62.380	3.993	66.373
Total do ativo não circulante	75.451	2.231	77.682
Total do ativo	102.917	-	102.917

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2018 (Consolidado)

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado (Mudança de política contábil)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.262		8.262
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	4.662	(434)	4.228
Despesas antecipadas	370	3.994	4.364
Outras variações	5.803	-	5.803
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	19.097	3.560	22.657
Aquisição de imobilizado	(5.779)	(3.560)	(9.339)
Outros investimentos	(645)	-	(645)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(6.424)	(3.560)	(9.984)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(13.489)	-	(13.489)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(816)	-	(816)

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 201 (Controladora)

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado (Mudança de política contábil)
--	------------------------------	---------	--

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.508		6.508
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	16.522	(434)	16.088
Despesas antecipadas	(1.036)	3.994	2.958
Outras variações	8.207	-	8.207
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	30.201	3.560	33.761
Aquisição de imobilizado	(21.263)	(3.560)	(24.823)
Outros investimentos	5.812	-	5.812
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(15.451)	(3.560)	(19.011)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(13.044)	-	(13.044)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	1.706	-	1.706

e. Outras normas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, porque as normas não apresentam impacto relevantes no negócio da Companhia.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia e sua controlada. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa, quando aplicáveis, são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controlada

Uma entidade controla outra entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Investimentos em empresas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

O investimento da Companhia em suas controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem sua participação na controlada.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e sua controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controlada também são contabilizados com o uso desse método.

b. Receita operacional

(iv) Venda de licença de licenciamento de software

As receitas relativas a licenças de licenciamento são reconhecidas quando todos os itens a seguir forem cumulativamente atingidos:

- Assinatura do contrato e da disponibilização do software ao cliente.
- Seu valor puder ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato).
- Todos os riscos e benefícios inerentes da licença forem transferidos para o comprador.
- For provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. As receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

(v) Disponibilização das soluções

As receitas de licenciamento de software são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que as soluções são disponibilizadas. As receitas relativas a implantação, suporte e atendimento (taxa de implantação e hora técnica) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes.

As receitas de venda de licença de uso de software são apresentadas no resultado do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas.

(vi) Prestação de serviços

A Companhia está envolvidas na gestão de recursos tecnológicos e na realização de serviços relacionados. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

c. Tributos sobre licenciamento e prestação de serviços

As receitas de licenciamento de softwares e prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Imposto Sobre Serviços - ISS: incidente sobre as receitas com prestação de serviço e para licenciamento de softwares, 2,9 %.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: incidente sobre a receita bruta de licenciamento de softwares e prestação de serviços com alíquota de 3% e de locação de datacenter com alíquota de 7,6 %.
- Programa de Integração Social - PIS: incidente sobre a receita bruta de licenciamento de softwares e prestação de serviços com alíquota de 0,65% e de locação de datacenter com alíquota de 1,65 %.

d. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no fim do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

e. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

f. Contas a receber de clientes

Registrados de acordo com a concessão dos licenciamentos de software e serviços prestados. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber.

g. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e sua controlada tenha uma obrigação

presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros, que são reconhecidos no resultado, pelo método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente despesas de juros sobre empréstimos, descontos financeiros concedidos e despesas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são adicionados ou reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

j. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e sua controlada obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	3 a 5 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	Conforme prazo do contrato de locação

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Ativo intangível e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Carteira de clientes	6 - 10 anos
Contrato de não competitividade	2 - 10 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

- **Empréstimos e recebíveis:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Capital Social

Ações ordinárias

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

A Companhia emitiu ações ordinárias resgatáveis no período.

Ações preferenciais

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos mínimos obrigatórios ou prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

4.1 Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o

reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros

efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é

provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento.

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Caixa e bancos	1.643	55	1.624
Depósitos bancários de curto prazo (a)	<u>5.220</u>	<u>1.099</u>	<u>4.931</u>
	<u>6.863</u>	<u>1.154</u>	<u>6.555</u>

- (a) Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e sua controlada possuem opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósito Bancários (CDB), remunerados a taxas entre 98,00% a 98,88% em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

6 Aplicações financeiras

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Aplicação financeira (a)	6.828	5.965	6.828
Circulante	1.596	425	1.596
Não circulante	5.232	5.540	5.232

- (a) Referem-se a cotas de fundos de investimento referenciados em DI administrados pelos Bancos Bradesco e Santander. Esses fundos são formados por títulos de curto prazo em sua carteira, considerados de baixo risco e destinado ao segmento serviços. Tem como objetivo buscar a rentabilidade que acompanha as variações das taxas do CDI. Na média, a rentabilidade dos fundos é superior a 100 % da variação do CDI para os exercícios de 2019 e 2018. Tais valores não podem ser convertidos em caixa e equivalentes de caixa em um prazo inferior de três meses. A administração tem a intenção de utilizar o montante em investimentos futuros.

7 Títulos e valores mobiliários

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Fundos de investimento (a)	479	1.003	479
Título de capitalização	<u>2.501</u>	<u>1.501</u>	<u>2.501</u>
	<u>2.980</u>	<u>2.504</u>	<u>2.980</u>

- (a) Valores mobiliários referentes as cotas do Bradesco Empresarial FICFI RF Referencial DI TOP e das cotas do Santander Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Corporate Referenciado DI. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, essas cotas possuem rentabilidade de 101% do CDI.

8 Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	13.038	13.659	11.342
Provisão de receita	3.350	2.327	2.684
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(1.141)</u>	<u>(1.147)</u>	<u>(1.141)</u>
	<u>15.247</u>	<u>14.839</u>	<u>12.885</u>

A abertura do saldo a receber de títulos e duplicatas pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
A vencer	10.922	10.506	9.263
Vencidos:			
Até 30 dias	735	1.677	698
De 31 a 60 dias	152	166	152
De 61 a 90 dias	202	134	202
Acima de 90 dias	<u>1.027</u>	<u>1.176</u>	<u>1.027</u>
	<u>13.038</u>	<u>13.659</u>	<u>11.342</u>

A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis vencidos, constituindo perda por redução ao valor recuperável de acordo com a política vigente da Companhia, nesta, atendendo ao disposto no CPC 48, a Companhia adota o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, determinadas conforme o pronunciamento. Para constituição do valor a ser provisionado, a Companhia utilizou uma métrica por meio de análise das possíveis perdas com os recebimentos dos clientes, considerou os títulos vencidos acima de 90 dias e, adicionalmente, aplicando um % dos títulos abaixo de 90 dias a vencer baseado nos dados históricos dos últimos 12 meses.

As movimentações na perda por redução ao valor recuperável são como segue:

<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
2018	2019	2018

Saldo inicial	(886)	(1.141)	(871)
Constituição de perdas	(316)	(6)	(331)
Reversão de perdas	<u>61</u>	<u>-</u>	<u>61</u>
	<u>(1.141)</u>	<u>(1.147)</u>	<u>(1.141)</u>

9 Despesas antecipadas

A Companhia realizou a contratação de licenças, suportes e garantias que são alocados conforme demonstrativo abaixo:

	Consolidado	Controladora	
	2018	2019	2018
	Reclassificado		Reclassificado
Saldo de suporte técnico	5	-	5
Licenças de softwares	541	849	534
Outras despesas antecipadas	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>6</u>
	<u>552</u>	<u>856</u>	<u>545</u>

10 Investimentos e provisão para perdas em investimentos

	Controladora	
	2019	2018
Investimentos (a)	-	16.395
Provisão para perda em investimentos (b)	-	975

10.1 Composição dos investimentos

a. Investimento

	Controladora	
	2019	2018
Controlada:		
Rivendel Tecnologia da Informação Ltda - ME. (*)	-	2.349
Goodwill na aquisição de investimento:		
Rentabilidade futura	-	10.330
Carteira de clientes	-	1.128
Não competitividade e força de trabalho	<u>-</u>	<u>2.588</u>
	<u>-</u>	<u>16.395</u>

(*) investimento incorporado em 27 de junho de 2019 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Rivendel Tecnologia

Balanço Patrimonial

Data Base: 27/06/2019

<u>ATIVO</u>	Saldo	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Saldo
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	164	Empréstimos e financiamentos	2.114
Contas a receber de clientes	5.095	Obrigações trabalhistas	1.598
Impostos a recuperar	52	Obrigações tributárias	<u>697</u>
Créditos diversos	372		
Despesas antecipadas	<u>14</u>		
Total do ativo circulante	5.697	Total do passivo circulante	4.409
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Parte relacionadas	<u>853</u>		
Total do realizável a longo prazo	853	Total do passivo não circulante	
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	336	Capital social	164
Intangível	<u>1.739</u>	Lucros acumulados	<u>4.052</u>
	2.075		
Total do ativo não circulante	<u>2.928</u>	Total patrimônio líquido	<u>4.216</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>8.625</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>8.625</u>

Rivendel Sistemas

Balanço Patrimonial

Em R\$ mil

Data Base: 27/06/2019

<u>ATIVO</u>	27/06/2019	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	27/06/2019
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	117	Empréstimos e financiamentos	1.266
Contas a receber de clientes	246	Fornecedores	466
Impostos a recuperar	108	Obrigações tributárias	<u>42</u>
Despesas antecipadas	<u>11</u>		
Total do ativo circulante	482	Total do passivo circulante	1.774
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	223	Capital social	10
		Prejuízos acumulados	<u>(1.079)</u>

Total do ativo não circulante	<u>223</u>	Total patrimônio líquido	<u>(1.069)</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>705</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>705</u>

b. Provisão para perda em investimentos

		<u>Controladora</u>	
		2019	2018
Controlada:			
Rivendel Sistemas de Tecnologia da Informação Ltda – ME		-	(975)

10.2 Movimentações dos saldos

Investida	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Realização da mais valia	Incorporação	Saldo final
Rivendel Tecnologia da Informação	16.395	1.125	(713)	(16.807)	-
Rivendel Sistemas de TI	<u>(975)</u>	<u>(95)</u>	<u>-</u>	<u>1.070</u>	<u>-</u>
	<u>15.420</u>	<u>1.030</u>	<u>(713)</u>	<u>(15.737)</u>	<u>-</u>

11 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Consolidado	Controladora	
		2018 Reclassificado	2019	2018 Reclassificado
Custo:				
Equipamentos de informática	20% a 33,33%	42.647	48.793	42.388
Pelas sobressalentes e ferramentas		11.392	13.335	11.392
Direito de uso na aplicação inicial do CPC 06 (R2)		-	3.583	-
Móveis, utensílios e instalações	10 a 25%	<u>1.647</u>	<u>1.316</u>	<u>1.554</u>
		<u>55.686</u>	<u>67.027</u>	<u>55.334</u>
Depreciação acumulada:				
Equipamentos de informática		(31.937)	(37.636)	(31.877)
Peças sobressalentes e ferramentas		(7.399)	(10.758)	(7.399)
Ativo direito de uso na aplicação inicial do CPC 06 (R2)		-	(959)	-
Móveis, utensílios e instalações		<u>(880)</u>	<u>(603)</u>	<u>(866)</u>
		<u>(40.216)</u>	<u>(49.955)</u>	<u>(40.142)</u>
Imobilizado líquido		<u>15.470</u>	<u>17.072</u>	<u>15.192</u>

Conciliação do valor contábil

Mandic S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Consolidado 2018				
	Equipamentos de Informática	Peças Sobressalentes e Ferramentas Reclassificado	Móveis, Utensílios e instalações	Total
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	38.360	7.832	1.587	47.779
Aquisições: combinações de negócios	200	-	36	236
Adições	5.737	3.560	42	9.339
Baixas	(1.603)	-	(65)	(1.668)
Reclassificação	(47)	-	47	-
Em 31 de dezembro de 2018	42.647	11.392	1.647	55.686
Depreciação acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(28.771)	(3.937)	(762)	(33.470)
Aquisições: combinações de negócios	-	-	-	-
Depreciação no período	(4.895)	(3.462)	(146)	(8.503)
Baixas	1.729	-	28	1.757
Em 31 de dezembro de 2018	(31.937)	(7.399)	(880)	(40.216)
	-	-	-	-
	10.710	3.933	767	15.470
Controladora 2019				
	Equipamentos de Informática	Peças Sobressalentes e Ferramentas Reclassificado	Móveis, Utensílios e instalações	Total
Custo				
Em 31 de dezembro de 2018	42.388	11.392	1.554	55.334
Reconhecimento ativo direito de uso na aplicação inicial do CPC 06 (R2)	-	-	713	713
Saldo ajustado em 1.º de janeiro de 2019	42.388	11.392	2.267	56.047
Adições Incorporação	264	-	499	763
Adições	6.347	1.943	3.994	12.284
Baixas	(206)	-	(1.861)	(2.067)
Em 31 de dezembro de 2019	48.793	13.335	4.899	67.027
Depreciação acumulada				
Em 31 de dezembro de 2018	(31.877)	(7.399)	(866)	(40.142)
Adições Incorporação	(69)	-	(135)	(204)
Adições	(5.694)	(3.359)	(1.530)	(10.583)
Baixas	4	-	970	974
Em 31 de dezembro de 2019	(37.636)	(10.758)	(1.561)	(49.955)
Em 31 de dezembro de 2019	11.157	2.577	3.338	17.072
Controladora 2018				
	Equipamentos de Informática	Peças Sobressalentes e Ferramentas Reclassificado	Móveis, Utensílios e instalações	Total
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	22.158	7.832	1.555	31.545
Adições Incorporação	15.789	-	32	15.821
Adições	5.409	3.560	33	9.002
Baixas	(968)	-	(66)	(1.034)
Em 31 de dezembro de 2018	42.388	11.392	1.554	55.334
Depreciação acumulada				

Controladora 2018				
	Equipamentos de Informática	Peças Sobressalentes e Ferramentas Reclassificado	Móveis, Utensílios e instalações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(16.397)	(3.938)	(762)	(21.097)
Adições Incorporação	(12.515)	-	(2)	(12.517)
Adições	(4.252)	(3.461)	(132)	(7.845)
Depreciação no período	908	-	30	938
Reclassificação	379	-	-	379
Em 31 de dezembro de 2018	(31.877)	(7.399)	(866)	(40.142)
	10.511	3.993	688	15.192

12 Intangível

	Taxa anual de amortização	Consolidado	Controladora	
		2018	2019	2018
Custo:				
Software	25%	12.585	16.844	8.655
Software incorporado		-	42	3.889
Desenvolvimento	-	4.209	1.561	3.205
Desenvolvimento incorporado	-	-	1.707	-
Ágio				
Rentabilidade futura	-	22.029	22.601	11.699
Carteira de clientes		17.638	19.022	17.691
Não competitividade e força de trabalho		3.704	4.172	1.326
		60.165	65.946	46.465
Amortização acumulada:				
Amortização acumulada		(11.035)	(10.930)	(5.739)
Amortização acumulada incorporados		-	(9)	(2.929)
Amortização carteira de clientes e não competitividade		-	(5.877)	(3.011)
Intangível líquido		49.130	49.130	34.786

Consolidado 2018			
	Custo	Amortização acumulada	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	43.237	(7.986)	35.251
Adição – Softwares	4.279	(1.797)	2.482
Baixa – Custo de desenvolvimento	(6)	-	(6)
Ágio			
Rentabilidade futura	10.330	-	10.330
Carteira de clientes	1.331	(939)	392
Não competitividade e força de trabalho	2.846	(313)	2.533
Eliminação partes relacionadas	(1.252)	-	(1.252)
Incorporação Axil	(600)	-	(600)

Saldo em 31 de dezembro de 2018	60.165	(11.035)	49.130
Controladora 2019			
	Custo	Amortização acumulada	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	46.465	(11.679)	34.786
Adição - Ssoftware	4.304	(2.262)	2.042
Baixa - Software	-	-	-
Desenvolvimento	1.951	-	1.951
Baixa - Custo de desenvolvimento	(3.602)	-	(3.602)
Adição software - Incorporação	42	(9)	33
Adição - Desenvolvimento Incorporação	1.707	-	1.707
Agio			
Rentabilidade futura	10.902	-	10.902
Carteira de clientes Rivendel	1.331	(425)	906
Carteira de clientes Axil	-	(1.769)	(1.769)
Não competitividade e força de trabalho – Rivendel	2.846	(539)	2.307
Não competitividade e força de trabalho – Axil	-	(133)	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	65.946	(16.816)	49.130

Controladora 2018			
	Custo	Amortização acumulada	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	8.632	(4.137)	4.495
Adição - software	2.979	(1.600)	1.379
Baixa - Software	(6)	-	(6)
Adição - software - incorporação	4.144	(2.931)	1.213
Ágio			
Rentabilidade Futura	11.699		11.699
Carteira de Clientes	17.691	(2.801)	14.890
Não competitividade e força de trabalho	1.326	(210)	1.116
Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.465	(11.679)	34.786

Teste por redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio

Foi realizado para o ano calendário 2019, o teste de imparment, no qual foi considerado como principal premissa utilizada no cálculo, que a empresa Axil manteria a mesma taxa de crescimento da controladora. Para estimar quais seriam os incrementos de receita com novos clientes, foi aplicada a mesma taxa de crescimento da controladora à receita da empresa Axil no ano calendário 2019.

Foi realizado para o ano calendário 2019, o teste de imparment, no qual foi considerado como principal premissa utilizada no cálculo, que as empresas Rivendel Tecnologia da Infomação e

Rivendel Sistemas de TI manteria uma taxa de crescimento superior em 15,3 % em relação as estimativas da administração em 30 de novembro de 2018.

De acordo com a análise efetuada pela administração, a Companhia entendeu que não há indicativos de perdas para o ágio em ambas as empresas incorporadas.

A taxa de desconto reflete o risco associado do negócio, englobando o risco sistêmico, e o risco não sistêmico, o qual pode ser dividido entre risco setorial e risco específico da empresa. A taxa de desconto é aplicada ao fluxo de caixa futuro de um empreendimento para se determinar o valor que um patrimônio líquido teria numa base de fluxo de caixa.

A taxa de desconto utilizada foi definida através do modelo matemático denominado “Weighted Average Cost of Capital – WACC”. Este método reflete o retorno requerido pela Companhia. Dessa forma, o modelo captura os riscos e benefícios associados com a estrutura de capital adotada pela empresa para o financiamento de suas operações.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Axil

Controladora 2019

	2019	2018
Taxa de desconto	15,2	18,5
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,1	7,1
Taxa de crescimento do LAJIDA projetado (média dos cinco anos)	9	19

Rivendel

Controladora 2019

	2019	2018
Taxa de desconto Rivendel	14,7	17,2
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,1	6,6
Taxa de crescimento do LAJIDA projetado (média dos cinco anos)	29,3	34,9

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera, com uma possível alavancagem da dívida e uma taxa de juros de mercado.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para três anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento conforme expectativa da administração, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.
- Os fluxos de caixa estimados para 2020 foram considerados no LAJIDA projetado.

Ágio

O ágio reconhecido nos registros da Companhia, como resultado da aquisição da Rivendel Tecnologia da Informação Ltda. , da Rivendel Sistemas de TI Ltda e Axil Cloud Serviços de Tecnologia da Informação Ltda foi determinado conforme segue:

Custo de aquisição combinado	15.130
(-) Patrimônio líquido - Rivendel Tecnologia em 31/01/2018	1.272
(+) Patrimônio líquido - Rivendel Sistemas de TI em 31/01/2018	649
(-) Mais valia	<u>4.177</u>

Ágio na aquisição incorporada.	10.330
--------------------------------	--------

100% pela participação da Rivendel Tecnologia e Rivendel Sistemas conforme nota 1.

Custo de aquisição	37.736
(-) Patrimônio líquido - Axil em 31/05/2017	(7.020)
(-) Mais valia	<u>(19.017)</u>

Ágio na aquisição	11.699
-------------------	---------------

100% pela participação da Axil, incorporada em 20 de abril de 2018.	11.699
---	--------

As aquisições resultaram em ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no total de R\$ 24.792 (R\$11.699 da Axil e R\$ 10.330 da Rivendel). Os ágios são consequência de diversos fatores, em especial, da sinergia entre os negócios das três empresas. Os ágios são atribuídos principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Rivendel Tecnologia, Rivendel Sistemas e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão da Mandic. Em relação a Axil, deve-se a sinergia da compra de carteira de clientes do segmento de computação em nuvem, escalabilidade na incorporação das operações e propiciando redução de custos em datacenter e aumento do portfólio de produtos.

13 Empréstimos e financiamentos

	Taxa	Consolidado	Controladora	
		2018	2019	2018
Capital de giro (a)	0,89% a.m.	84		84
	0,4% a			
“CDC”	1,15% a.m.	-	2.202	-
BNDES (b)	TJLP+2,0%	5.096	4.020	5.096
Arrendamento mercantil		<u>-</u>	<u>3.041</u>	<u>-</u>
		<u>5.180</u>	<u>9.263</u>	<u>5.180</u>

Passivo circulante	1.222	6.080	1.222
Passivo não circulante	3.958	3.183	3.958
	5.180	9.263	5.180

Cronograma de pagamento

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
///			
2019	1.222	-	1.222
2020	1.458	6.080	1.458
2021	1.250	1.725	1.250
2022	1.250	1.250	1.250
2023	-	208	-
	5.180	9.263	5.180

- (a) A Companhia possuía financiamentos na modalidade de CDC junto ao banco Santander no montante de R\$ 84 parcelados em 24 meses com o último vencimento em janeiro de 2019. O leasing é garantido pelos próprios bens financiados.
- (b) Em 20 de julho de 2017, a Companhia celebrou com o BNDES o contrato de financiamento nº 17.2.0053.1, que prevê uma linha de crédito no montante de R\$15.321 a ser quitado em 48 meses com vencimento em 15 de fevereiro de 2022. Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia utilizou o montante de R\$5.000 da respectiva linha de crédito, com garantia de carta fiança celebrada junto ao Banco Bradesco S.A. com taxa de 1,5 % ao ano.

O contrato celebrado junto ao BNDES possui “covenants financeiros” caso a Administração da Companhia pretenda fazer distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2019, os “covenants financeiros” foram cumpridos.

As garantias realizadas no momento da captação dos recursos junto ao BNDES, são compostas por recebimentos de R\$ 2.000 da carteira de boletos de recebimentos de clientes e de valores em aplicações financeiras e títulos de capitalização junto ao banco Bradesco S.A no montante de R\$ 2.000.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Saldo inicial	6.385	5.180	5.943
Captações	-	3.365	-
Captações arrendamento mercantil	-	4.235	445
Captações arrendamento mercantil -Incorporação	-	189	-
Amortizações	(1.205)	(3.453)	(1.205)
Amortizações incorporação	-	(115)	-
Juros incorridos	551	439	547
Juros incorridos incorporação	-	11	-
Juros pagos	(551)	(577)	(550)
Juros pagos Incorporação	-	(11)	-

<u>5.180</u>	<u>9.263</u>	<u>5.180</u>
--------------	--------------	--------------

14 Debêntures

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Taxa de juros			
Debentures 1.º emissão DI + <i>spread</i> 3%	29.822	17.435	29.822
	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Passivo circulante	12.402	12.384	12.402
Passivo não circulante	17.420	5.051	17.420
	<u>29.822</u>	<u>17.435</u>	<u>29.822</u>

Cronograma de pagamento

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
2019	12.402	-	12.402
2020	12.370	12.384	12.370
2021	5.050	5.051	5.050
	<u>29.822</u>	<u>17.435</u>	<u>29.822</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Mandic S.A.	29.822	17.435	29.822

Em 22 de maio de 2017, a Companhia celebrou o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª. (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversível em Ações, em Série Única da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Mandic S.A.”, no montante de R\$45.000 com prazo de 48 meses e vencimento em 25 de maio de 2021, com garantia de conta escrow e mais 3 parcelas PMT celebrada junto ao Banco Santander S.A. com taxa de juros de 3 % ao ano mais DI%.

Tal instrumento possui “covenants financeiros”. Em 31 de dezembro de 2019, os “covenants financeiros” foram cumpridos.

As garantias realizadas no momento da captação dos recursos após emissão dos títulos, são compostas por recebimentos de R\$ 1.800 da carteira de boletos de recebimentos de clientes e de valores em aplicações financeiras e fundo de investimento junto ao banco Santander S.A no montante de 3 (três) parcelas de amortização com juros.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento individual e consolidado

Ano 2019: 29.822

Saldo em 31 de dezembro de 2018	
(+) Juros do período	1.941
(-) Juros pagos	(1.746)
(-) Amortização do principal	(12.582)
	17.435
Ano 2018:	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	42.157
(+) Juros do período	3.729
(-) Juros pagos	(3.482)
(-) Amortização do principal	(12.582)
	29.822

15 Fornecedores

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	8.258	8.184	7.895
Fornecedores estrangeiros	<u>9.141</u>	<u>6.557</u>	<u>9.141</u>
	17.399	14.741	17.036

O saldo é composto por valores a pagar a terceiros pela aquisição de bens, licenças e serviços necessários às operações da Companhia.

16 Obrigações trabalhistas

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Encargos sociais a recolher	903	963	672
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	428	535	354
Provisão para férias e encargos sobre férias	2.012	1.965	1.702
Provisão para pagamento de lucros e resultados - PLR e bônus	1.434	-	1.101
Outros valores a pagar	<u>43</u>	<u>9</u>	<u>40</u>
	4.820	3.472	3.869

17 Parcelamento de impostos

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Multa eleitoral (a)	108	58	108
Circulante	50	50	50
Não circulante	<u>58</u>	<u>8</u>	<u>58</u>
	108	58	108

- (a) O Ministério Público Eleitoral autuou a Companhia por infração ao disposto no artigo 81, parágrafo 1º, da Lei nº 9.504/97, por ter doado a quantia de R\$101 a campanha eleitoral em 2010, ultrapassando o limite estabelecido pela lei para a dedutibilidade. A dívida foi parcelada e é atualizada com base na taxa SELIC. Em março de 2016 a Companhia realizou a repactuação da dívida para um período de 60 meses.

A movimentação do parcelamento da multa eleitoral é como segue:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Saldo inicial	158	108	158
Pagamento	(90)	(95)	(90)
Atualizações	40	45	40
Saldo final	108	58	108

18 Contas a pagar por aquisição de negócio

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Contas a pagar por aquisição de negócio (*)	11.524	12.211	11.524
Circulante	-	10.090	-
Não circulante	11.524	2.121	11.524

A movimentação do pagamento é como segue:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Saldo inicial	1.884	11.524	1.884
Aquisição Rivendel Tecnologia e Rivendel Sistemas (**)	14.476	-	14.476
Pagamentos	(6.197)	-	(6.197)
Atualização monetária	1.361	687	1.361
	11.524	12.211	11.524

- (*) Refere-se ao montante a pagar aos antigos acionistas conforme contrato de compra e venda realizado em 2012. Em março de 2017, foi realizado o pagamento da segunda parcela da aquisição da Companhia Mandic, suscetível a novos possíveis ajustes de preço decorrente das cláusulas previstas no contrato de compra e venda de participação acionária.
- (**) Em 31 de janeiro de 2018, foi feita a aquisição da Rivendel Tecnologia da Informação Ltda e Rivendel Sistemas de TI Ltda conforme contrato de compra e venda. Do valor total, na assinatura do contrato foi pago aos antigos acionistas das Rivendel citadas o valor de R\$ 6.197 e o saldo residual é suscetível a novos possíveis ajustes de preço decorrente das cláusulas previstas no contrato de compra e venda de participação acionária.

19 Provisão para contingências

A Companhia é parte integrante em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, surgidos no curso normal dos seus negócios. Essas questões são discutidas tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais ativas, constituiu provisão no montante considerado suficiente para

cobrir perdas estimadas com os processos em curso de todas as demandas prováveis. Em 31 de dezembro de 2019, os processos classificados como possíveis foram estimados em R\$ 2.512 (R\$ 778 em 2018) sendo R\$ 2.483 de natureza fiscal (R\$ 637 em 2018) e R\$ 29 de natureza cível (R\$ 141 em 2018). A composição dos riscos provisionados é como segue:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Trabalhistas e previdenciários (a)	535	350	535
Cíveis	<u>58</u>	<u>41</u>	<u>58</u>
	<u>593</u>	<u>391</u>	<u>593</u>

- (a) Trabalhista e previdenciários: refere-se, principalmente, a exposição da Companhia relacionada a reconhecimento de vínculo empregatício.

As provisões para contingências, registradas em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte movimentação:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2018	2019	2018
Saldo inicial	525	593	525
Constituição de provisão	177	4	177
Reversão de provisão	<u>(109)</u>	<u>(206)</u>	<u>(109)</u>
Saldo final	<u>593</u>	<u>391</u>	<u>593</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Imposto de renda corrente:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.681	8.262	6.856	6.508
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(2.612)	(2.809)	(2.331)	(2.213)
Imposto de renda e contribuição social lucro presumido (ii)	(544)	(1.158)	-	-
Diferenças permanentes e temporárias (i)	(114)	435	(114)	435
Crédito fiscal utilizado	<u>2.440</u>	<u>853</u>	<u>2.440</u>	<u>853</u>
Imposto de renda e contribuição social contabilizados no período	<u>(830)</u>	<u>(2.679)</u>	<u>5</u>	<u>(925)</u>
Alíquota Efetiva %	(11%)	(32%)	(0,1%)	(14%)

- (i) Refere-se, principalmente, a provisão de despesas diversas, bônus e provisão para devedores duvidosos.
- (ii) A Empresa que encontra-se no lucro presumido é a Revindel Tecnologia Ltda.

Imposto de renda diferido:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo fiscal a ser utilizado por expectativa de lucro tributário	805	14.115	805	14.115
Diferenças temporárias	(1.290)	2.876	(1.290)	2.876
Realização de Ágio - parte B Lalur	(4.113)	(4.095)	(4.113)	(4.095)
Base de cálculo	(4.598)	12.896	(4.598)	12.896
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(1.563)	4.384	(1.563)	4.384
Despesas Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(1.563)</u>	<u>4.384</u>	<u>(1.563)</u>	<u>4.384</u>
Alíquota Efetiva %	34%	34%	34%	34%

b. Impostos fiscais diferidos

A Companhia apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores no montante de R\$ 59.495 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 60.141 em 31 de dezembro de 2018) entretanto, a administração constitui imposto de renda e contribuição social ativa no montante de R\$ 5.612 sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 14.920 em decorrência da segurança de sua realização nos próximos 5 anos e constitui imposto de renda e contribuição social passivo no montante de R\$ 2.791, sobre o ágio utilizado em 2019.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2018	2019
Provisão para contingências	593	391
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.141	1.147
Outros	1.142	48
	2.876	1.586
Alíquotas oficiais de imposto - %	34%	34%
	<u>978</u>	<u>539</u>
Prejuízo fiscal acumulado	14.115	14.920
Alíquotas oficiais de imposto - %	34%	34%
	<u>4.799</u>	<u>5.073</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do ativo diferido	<u>5.777</u>	<u>5.612</u>

A Administração, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e eventos que as originaram.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos

2020	237
2021	486
2022	778
2023	1.522
2024	2.050
	5.073

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, foi calculado em razão do total de exclusão do ágio utilizado em 2019, que é controlado na parte B do livro de apuração lucro real “lalur”, conforme abaixo:

Contrato com cliente	2.359	3.538
Não competitividade e força de trabalho	177	265
Ágio - Rentabilidade Futura	1.560	4.406
Total	<u>4.096</u>	<u>8.209</u>
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	1.392	2.791

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Em 16 de janeiro de 2018 ocorreu um aporte no capital social integralizado da Companhia, após a acionista Rosangela Sutil de Oliveira exercer o direito das opções de compras de ações de acordo com política estabelecida por deliberação do Conselho de Administração, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no montante de R\$ 299 em ações nominais integralizando o capital. Em 2017 o capital social integralizado da Companhia foi R\$ 61.274 e após a integralização das ações expressadas, passou para o montante de R\$ 61.573 em 2018, sendo representado em 2018 por 38.394.351 ações ordinárias nominativas e 9.319.923 ações preferencias sem valor nominal.

Em 6 de fevereiro de 2018 a Middlefield Ventures Inc vendeu suas ações da Mandic para a Oria Tech Fundo Secundário I.

Em 31 de dezembro de 2019, os acionistas deliberaram pela redução do Capital Social da Companhia, cujo o saldo era de R\$ 61.573, e foi compensado por meio do montante de prejuízo acumulados, no valor de R\$ 47.347 em 31 de dezembro de 2019. Desta forma, passou a totalizar um Capital Social de R\$ 14.226.

Acionista	Ações			Capital integralizado (em R\$ mil)
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Rw Brasil Fundo de investimento	31.051	3.927	34.978	10.429
Oria Tech Fundo Secundário I	-	4.423	4.423	1.319
Sidney Victor da Costa Breyer	3.656	462	4.118	1.228
Aleksander Carlos Mandic	1.015	-	1.015	342
José Mauricio Cascão Pereira	911	236	1.147	303
Antonio Carlos dos Santos Pina	1.158	158	1.316	392
Paulo Sergio de Lima	152	-	152	51

Acionista	Ações			Capital integralizado (em R\$ mil)
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Antonio Eduardo Zago de Carvalho	152	19	172	45
Romi Scheneider	-	80	80	24
Claude Shreve Burton IV	-	14	14	4
Rosangela Sutil de Oliveira	299	-	299	89
Total	38.394	9.319	47.714	14.226

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de alteração estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante emissão de, no máximo 3.060.137 ações, todas nominativas e sem valor nominal para fazer face ao programa de opções de ações.

21.2 Reserva de capital

A reserva de capital é composta pelos seguintes itens:

- (a) A reserva de capital foi constituída por meio de incorporação de ativos e ágio na incorporação reversa das Companhias Tecla Soluções de Tecnologia da Informação S.A. e Oslo RJ Participações S.A.
- (b) Outorga de opções de ações: incluem as parcelas de reconhecimento das outorgas de plano de opção de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

21.3 Destinação do lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- Reserva legal: constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O valor desta reserva foi reconhecido para o exercício de 2019.
- Dividendos mínimos e obrigatórios: o estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social devem ser destinados aos acionistas como dividendos obrigatórios, após a apropriação para reserva legal. O valor foi destinado e aprovado através de ata de assembléia realizada em 31 de dezembro de 2019.
- Reserva de retenção de lucros, constituirá o valor residual, após a apropriação para reserva legal e da distribuição de dividendos mínimos e será mantida até nova deliberação dos acionista sobre a destinação deste saldo.

22 Plano de remuneração baseado em ações

Em 5 de março de 2013 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Opções de Ações. Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para administradores, empregados em posições-chave e pessoas naturais elegíveis que prestem serviços à Companhia, definindo livremente, com base nos contratos de opção de compra de ações com cada indivíduo.

As opções outorgadas dos contratos vigentes poderão ser exercidas, como segue:

Prazo	Lote
2013	857.352
2014	678.869
2015	448.187
2016	921.718
2017	378.850
2018	173.421
2019	170.375
2020	210.500
2021	210.500
2022	160.500
2023	160.500
2024	<u>40.125</u>
Total das opções	4.410.897
Opções exercidas	<u>846.952</u>
Opções não exercidas	<u><u>3.563.945</u></u>

O preço de exercício da opção foi fixado em R\$1,00 para cada opção, para o lote 1, que totaliza 3.298.397 ações, R\$2,50 para o lote 2, 3 e 4, que totalizam 310.000 ações, e R\$3,25 para o lote 5, que totalizam 802.500 ações.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo “Black-Scholes” de precificação das opções que considera os prazos e as condições da concessão dos instrumentos.

As ações da Companhia não são negociadas em mercado e, portanto, não possuem referência independentemente de valor. Para determinar o valor justo das ações na data da outorga, a Administração efetuou uma avaliação econômico-financeira da Companhia (a “Avaliação”), na mesma data da outorga, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado. As projeções foram realizadas em um prazo de sete anos. A partir do oitavo ano, foi considerado o fluxo de caixa em perpetuidade, utilizando-se o Modelo de Gordon. O valor econômico total foi calculado somando-se o valor presente dos fluxos de caixa livres durante o período de projeção, acrescidos do valor presente dos fluxos de caixa livres na perpetuidade. Os fluxos foram descontados ao custo médio ponderado de capital (“Weighted Average Cost of Capital - WACC”) estimado para a Companhia. Para efeito de cálculo do valor das ações, foram deduzidos do valor econômico total da Companhia as dívidas líquidas e outros ativos e passivos.

A fim de determinar a volatilidade teórica das ações, a Companhia utilizou a volatilidade do índice “Small Cap - SMLL” da Bolsa de Valores de São Paulo observada durante período retroativo equivalente, na data-base, ao prazo de exercício (6,4 anos). No julgamento da Companhia, o índice “Small Cap - SMLL”, entre aqueles com razoável grau de liquidez, é o que melhor aproxima o comportamento teórico das ações caso elas fossem regularmente negociadas em mercado.

A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas como reserva de capital com contrapartida no resultado proporcionalmente às vigências dos contratos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a executiva Rosangela Sutil Oliveira exerceu o direito de compra de suas ações. Com isso, a Companhia readequou seu capital social, de acordo com a

quantidade de ações compradas em 16 de janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019 o montante acumulado na conta do patrimônio líquido do plano de stock options é R\$10.315 (R\$9.876 em 31 de dezembro de 2018). Como determina o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (“vesting period”).

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, foram realizadas com base no estudo realizado junto com o controlador, que considerou valores de Receita, Ebtida, valor do LTM, desconto de empréstimos, taxa de desconto, valores em caixa e o total do capital social mais possíveis opções de ações. A Companhia entende que esse cálculo é o valor real da valorização da ações.

23 Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores e diretores foi de R\$ 4.123 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.644 em 31 de dezembro de 2018) e encontra-se contabilizada nas rubricas “Custos dos serviços prestados”, “Despesas administrativas” e “Despesas comerciais”.

O controlador final da companhia Mandic é a Riverwood Brasil Fundo de Investimentos (Riverwood Capital).

24 Receita operacional líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta	134.554	120.043	124.625	100.394
Impostos e deduções				
Custos revenda	(40.113)	(31.919)	(40.113)	(30.319)
Deduções da receita	(675)	(110)	(593)	(90)
ISS	(3.887)	(3.295)	(3.642)	(2.792)
PIS	(881)	(798)	(805)	(656)
COFINS	(4.068)	(3.681)	(3.714)	(3.027)
Imposto paga em outro país (Colômbia)	(195)	-	(195)	-
Receita operacional líquida	84.735	80.240	75.563	63.510

25 Custos dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018 (reclassificado)	2019	2018 (reclassificado)
Salários, encargos sociais e demais gastos com pessoal	(25.726)	(20.094)	(20.846)	(13.445)
Depreciação e amortização (a)	(11.729)	(9.363)	(11.582)	(8.081)
Locação de “datacenter”	(5.037)	(3.923)	(4.024)	(3.876)
Licença de softwares	(1.352)	(958)	(1.192)	(65)
Consultoria	(1.024)	(2.599)	(676)	(575)
Telefonia	(464)	(493)	(452)	(475)
Suporte	(189)	(500)	(185)	(500)

Outros custos	(1.460)	(2.147)	(1.159)	(905)
	<u>(46.981)</u>	<u>(40.077)</u>	<u>(40.116)</u>	<u>(27.922)</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2018 devido a mudança na política contábil, esse saldo foi reclassificado da linha de “Suporte” para a linha de “Depreciação e amortização” conforme apresentado na nota explicativa 3.d.

26 Despesas administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Salários, encargos sociais e demais gastos com pessoal	(5.070)	(5.074)	(4.915)	(5.036)
Depreciação e amortização	(3.877)	(2.388)	(3.877)	(2.388)
Serviços de terceiros	(1.485)	(1.630)	(1.417)	(1.604)
Cursos e treinamentos	(822)	(619)	(775)	(611)
Gastos ocupacionais	(76)	(264)	(76)	(264)
Telefonia	(19)	(23)	(20)	(23)
Serviços de manutenção	(82)	(89)	(65)	(84)
Material de escritório	(73)	(54)	(70)	(54)
Energia elétrica	(20)	(42)	(20)	(42)
Outras despesas administrativas	(556)	(34)	(549)	(34)
	<u>(12.080)</u>	<u>(10.217)</u>	<u>(11.784)</u>	<u>(10.140)</u>

27 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Salários, encargos sociais e demais gastos com pessoal	(7.994)	(9.120)	(7.994)	(8.682)
Comissões sobre venda	(503)	(438)	(503)	(438)
Serviços de publicidade e propaganda	(1.069)	(1.636)	(1.069)	(1.559)
Perdas	(812)	(348)	(812)	(348)
Licença de software	(186)	(264)	(185)	(263)
Consultoria	(44)	(32)	(23)	(15)
Telefonia	(41)	(60)	(41)	(61)
Serviços de marketing	(28)	(30)	(28)	(23)
Outras despesas comerciais	(674)	(711)	(660)	(697)
	<u>(11.351)</u>	<u>(12.639)</u>	<u>(11.315)</u>	<u>(12.086)</u>
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(6)	(255)	(6)	(237)
	<u>(11.357)</u>	<u>(12.894)</u>	<u>(11.321)</u>	<u>(12.323)</u>

28 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras:				
Juros ativos	853	262	833	239
Rendimento de aplicações financeiras	392	487	391	475
Descontos obtidos	218	87	213	80
	1.463	836	1.437	794

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(2.192)	(2.188)	(2.152)	(2.065)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.944)	(4.204)	(2.926)	(4.182)
Juros e multas de parcelamentos e outros	(2.524)	(2.818)	(2.436)	(2.753)
	(7.660)	(9.210)	(7.514)	(9.000)

29 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, quando aplicável, é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

	Valores brutos dos instrumentos financeiros - Ativo	Instrumentos financeiros não compensados - Passivo	Valor líquido (A receber)
31 de dezembro de 2019			
Passivos financeiros:			
Fornecedores e outras contas a pagar			
- NDFs utilizados para hedging	1.774	1.776	2

a. Classificação contábil e valores justos

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2019. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2019

	Controladora		
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	1.154	-	1.154
Aplicações financeiras	5.965	-	5.965
Títulos e valores mobiliários	2.504	-	2.504
Contas a receber de clientes	14.839	-	14.839
Outros recebíveis	981	-	981
	25.443	-	25.443
Passivos			
Fornecedores	-	14.741	14.741
Empréstimos e financiamentos	-	9.263	9.263
Debêntures	-	17.435	17.435
Adiantamento de clientes	-	267	267
Contas a pagar por aquisição de negócio	-	12.211	12.211
	-	53.917	53.917

Em 31 de dezembro de 2018

	Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	6.863	-	6.863
Aplicações financeiras	6.828	-	6.828
Títulos e valores mobiliários	2.980	-	2.980
Contas a receber de clientes	15.247	-	15.247
Outros recebíveis	466	-	466
	32.384	-	32.384
Passivos			
Fornecedores	-	17.399	17.399
Empréstimos e financiamentos	-	5.180	5.180
Debêntures	-	29.822	29.822
Adiantamento de clientes	-	431	431
Contas a pagar por aquisição de negócio	-	11.524	11.524
	-	64.356	64.356

	Controladora		
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	6.555	-	6.555
Aplicações financeiras	6.828	-	6.828
Títulos e valores mobiliários	2.980	-	2.980
Contas a receber de clientes	12.885	-	12.885
Contas a receber de partes relacionadas	300	-	300
Outros recebíveis	426	-	426
	29.974	-	29.974
Passivos			
Fornecedores	-	17.036	17.036
Empréstimos e financiamentos	-	5.180	5.180
Debêntures	-	29.822	29.822
Adiantamento de clientes	-	431	431
Contas a pagar por aquisição de negócio	-	11.524	11.524
	-	63.933	63.933

Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Administração da Companhia supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	Consolidado	Controladora	
	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	6.863	1.154	6.555
Aplicações financeiras	6.828	5.965	6.828
Títulos e valores mobiliários	2.980	2.504	2.980
Contas a receber de clientes	15.247	14.839	12.885
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	300
Outros recebíveis	466	981	426
	32.384	25.443	29.974

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados.

	Consolidado					
	Fluxo de caixa contratual					
31 de dezembro de 2018	Valor Contábil	Total	Até 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Fornecedores	17.399	17.399	17.399	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.180	5.180	1.578	3.134	1.322	-
Debêntures	29.822	29.822	12.660	17.734	-	-
Adiantamento de clientes	431	431	431	-	-	-
Parcelamento de impostos	108	108	50	58	-	-
Contas a pagar por aquisição de negócio	11.524	11.524	-	11.524	-	-
	64.464	64.464	32.118	32.450	1.322	-
	Controladora					
	Fluxo de caixa contratual					
31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Total	Até 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 Anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não						

Derivativos						
Fornecedores	14.741	14.795	14.795	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	9.263	9.342	6.138	2.994	210	-
Debêntures	17.435	17.541	12.459	5.082	-	-
Adiantamento de clientes	267	268	268	-	-	-
Parcelamento de impostos	58	58	50	8	-	-
Contas a pagar por aquisição de negócio	12.211	12.255	10.126	-	2.129	-
	53.975	54.259	43.836	8.084	2.339	-

Controladora

Fluxo de caixa contratual

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Total	Até 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 Anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não						
Derivativos						
Fornecedores	17.036	17.036	17.036	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.180	5.180	1.222	2.636	1.322	-
Debêntures	29.822	29.822	12.402	17.420	-	-
Adiantamento de clientes	431	431	431	-	-	-
Parcelamento de impostos	108	108	50	58	-	-
Contas a pagar por aquisição de negócio	11.524	11.524	-	11.524	-	-
	64.101	64.101	31.141	31.638	1.322	-

Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos valores apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins registro contábil pelas taxas de estresse conforme cenários abaixo.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				Controladora 2019			
				Aumento - Reais		Redução - Reais	
	Taxa câmbio	Reais	USD	25%	50%	25%	50%
Dívida em Dollar							
Instrumentos financeiros							
Fornecedores	4,03	6.557	1.627	8.196	9.836	4.918	3.279
Efeito esperado no resultado – despesa (receita)				1.639	3.279	(1.639)	(3.279)

				Controladora 2018			
				Aumento - Reais		Redução - Reais	
	Taxa câmbio	Reais	USD	25%	50%	25%	50%
Divida em Dollar							
Instrumentos financeiros							
Fornecedores	3,87	9.141	2.362	11.426	13.712	11.426	13.712
Efeito esperado no resultado – despesa (receita)				2.285	4.571	(6.856)	(4.571)

Risco de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia e sua controlada utilizam a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. De acordo com o estudo a taxa CDI/SELIC projetada para 2020 foi de 4,25%.

	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II - de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2019	5,78%	4,34%	2,89%
Debêntures	17.435	17.435	17.435
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	4,25%	3,19%	2,13%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	(519)	(389)	(259)
	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II - de 50%
9			
Taxa efetiva anual da TJLP de 2019 + 2,1 %	8,30%	6,23%	4,67%
BNDES	4.020	4.020	4.020
Taxa anual estimada da TJLP 12 meses + 2,1 %	7,82%	5,87%	4,40%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	(314)	(236)	(177)

30 Eventos subsequentes

Em 22 de janeiro de 2020 realizou uma captação de empréstimo no valor de R\$ 23.000 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A, com sede na cidade de São Paulo, à Avenida Presidente Juscelino

Kubitschek, 2235, inscrito no CNPJ/MF sob n.o 90.400.888/0001-42, com início dos pagamentos em 22 de abril de 2020, com parcelas trimestrais e vencimento para 6 de janeiro de 2023.

Em 3 de Fevereiro de 2020, foi efetuado o último pagamento referente a aquisição da Rivendel Tecnologia da Informação Ltda e Rivendel Sistemas de TI Ltda., conforme contrato de compra e venda. A parcela residual estava suscetível a ajustes de preço decorrente das cláusulas previstas no contrato de compra e venda de participação acionária.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas do mercado em geral. A Administração está monitorando de forma constante o impacto do surto nas operações. Até o momento, a operação da companhia não foi impactada pelo surto do coronavírus.

* * *

Diretor Presidente
José Mauricio Cascão Pereira

Contador
Renato Carvalho da Rocha
CRC 1SP-260.795/O3